

Câmaras setoriais, uma história malcontada

CARLOS EDUARDO UCHÔA FAGUNDES



Essa história das câmaras setoriais criadas no âmbito do Fórum Anti-Recessão, envolvendo a participação de Carlos Eduardo Moreira Ferreira, precisa ser mais bem esclarecida. Especialmente porque parece cada vez mais evidente que há a intenção deliberada de distorcer os fatos, a fim de se tirar proveito político-eleitoral da situação.

Carlos Eduardo Moreira Ferreira teve participação restrita no fórum e não interveio nas discussões acerca da criação das câmaras setoriais, até porque esse assunto não chegou a ser levado ao plenário de representantes, ficando limitado ao âmbito técnico.

Para melhor entendimento, convém situar os fatos no tempo. O Fórum Anti-Recessão foi lançado em boa hora pelo governador Luiz Antônio Fleury Filho no dia 27 de janeiro, em reunião realizada na Fiesp, com a participação de diversas entidades representativas dos setores empresarial e trabalhista. Cada entidade indicou um representante, tendo a Fiesp dado essa incumbência a Moreira Ferreira. Esses representantes se reuniram uma única vez logo em seguida, ocasião em que foi definida a forma de atuação do fórum, e nela se decidiu formar um grupo de trabalho, em nível técnico. Pela Fiesp, participaram técnicos dos Departamentos de Economia e de Cooperação Intersindical.

Moreira Ferreira não chegou sequer a tomar conhecimento das discussões técnicas, porque pediu ao presidente Mario Amato para liberá-lo dessa função, já que não havia podido conciliar a nova tarefa com seus compromissos assumidos anteriormente. Essa foi toda a participação que ele teve no fórum. Com a sua saída, o presidente convidou-me para ocupar o lugar, e aceitei por achar que a idéia e a proposição do Fórum Anti-Recessão são excelentes. Minha primeira providência foi convocar os técnicos da Fiesp no grupo de trabalho, aos quais solicitei um relato do que havia sido feito nas duas ou três reuniões realizadas até então. Nessa primeira conversa, já considerei inaceitável a idéia de formação de câmaras setoriais para discussão de preços e salários.

A solução ficou pendente porque havia uma reunião dos representantes das entidades participantes do fórum marcada para o dia 20 de fevereiro, quando todos iriam conhecer mais detalhadamente a pro-

posta e opinar a respeito. Mas essa reunião foi desmarcada e, em seu lugar, veio o convite para a solenidade do dia 21, no Memorial da América Latina. Só na hora é que tomamos conhecimento do texto final que iria ser assinado pelos presidentes das entidades, instituindo as câmaras setoriais de negociação de preços, salários, emprego e tributos.

O presidente Mario Amato decidiu não assinar documento de tal envergadura, sem antes consultar as bases, ou seja, a diretoria executiva da Fiesp/Ciesp e os presidentes dos 121 sindicatos a ela filiados, que iriam fazer parte das câmaras setoriais a ser instaladas, conforme previa o documento. Essa atitude foi seguida por todos os outros presidentes de entidades patronais. Assim sendo, ninguém assinou o documento. Incidentalmente, só Mario Amato apareceu como o desmanchاپrazeres da solenidade no Memorial da América Latina.

O fato é que as câmaras setoriais de negociação de preços, salários, emprego e tribu-

tos contêm uma idéia ultrapassada, que não contribui para o esforço de retomada da produção e do emprego; além do mais, é uma proposta inexecutável, na medida em que supõe o alinhamento de preços finais em São Paulo, sem considerar a oferta de matérias-primas e insumos provenientes de outros Estados ou os efeitos das taxas de juros impostas pelo governo federal no custo das empresas. Além, naturalmente, da própria política econômica.

Isso não significa que se deva aceitar resignadamente o que aí está. Ao contrário. Muita coisa pode ser feita, desde que as propostas se limitem ao Estado de São Paulo ou a mecanismos sobre os quais os governos do Estado e do município tenham efetivo controle. Pode-se, por exemplo, atacar questões como a dos transportes e distribuição, das tarifas de água e energia elétrica, impostos estaduais e municipais, o problema dos portos e outros, além do próprio poder de compra do Estado. Os empresários e os sindicalistas poderão, em conjunto, encontrar alternativas que propiciem o aumento do nível de emprego e a melhoria dos salários.

Há outras formas de estimularmos a produção, favorecendo o aumento do emprego e da receita tributária do Estado. O importante é que essas soluções sejam efetivamente negociadas, com a participação de todos. E o Fórum Anti-Recessão é o lugar adequado para isso.

■ Carlos Eduardo Uchôa Fagundes é vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e representante da entidade no Fórum Anti-Recessão.

